



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Ato GP nº 17/2009, de 23/09/2009

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicada no D.O.U. de 05/05/2000,

R E S O L V E publicar o quadro “Demonstrativo da Despesa com Pessoal”, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, do período de setembro de 2008 a agosto de 2009.

DECIO SEBASTIÃO DAIDONE
Desembargador Presidente do Tribunal



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.110.058	220	1.110.278
Pessoal Ativo	764.672	66	764.738
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	9.551	1	9.552
Demais Despesas com Pessoal Ativo	755.121	65	755.186
Pessoal Inativo e Pensionistas	345.386	154	345.540
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	363.522	112	363.634
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	9.551	1	9.552
Despesas de Exercícios Anteriores	9.380	111	9.491
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	344.591	0	344.591
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	746.536	108	746.644
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			423.852.829
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,176131%	0,000025%	0,176156%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,365117%		1.547.559
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,346861%		1.470.181

FONTE : SIAFI e SCONT/SCOF/TRT 2ª REGIÃO

Notas:

- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.
- No item "Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)", foram consideradas as despesas com:
 - Precatórios da Administração Direta, classificada no item de despesa 33190.91.05, no valor de R\$ 5.785 (em milhares), e
 - Sentenças de Pequeno Valor, classificada no item 33190.91.06, no montante de R\$ 3.766 (em milhares).
- Na despesa com Pessoal, não foi considerado o montante de R\$ 4.163 (em milhares), referente aos "Destaques", destinados aos pagamentos de Precatórios da Administração Indireta, classificados no item de despesa 33190.91.07, tendo em vista o disposto na Portaria nº 575/2007 da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como na determinação contida no Acórdão nº 346/2006 - TCU - Plenário.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, parágrafo único da LRF):

DECIO SEBASTIÃO DAIDONE
Desembargador Presidente do TRT 2ª Região

LUÍS ALBERTO DAGUANO
Diretor Geral da Administração

LILIAN YURI TAKAHASHI
Diretora da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira - Substituta

RITA KOTOMI YURI
Diretora da Secretaria de Controle Interno